

Titulo do Trabalho

PLANEJAMENTO E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO TURISMO

Nome da Autora Principal

Roberta Vieira de Oliveira Ramos ⁽¹⁾

Nome da Coautora

Maria Cecília Rodrigues de Oliveira ⁽²⁾

Instituição

**(1) Pós-Graduação em Geografia, Regional Catalão/UFG; Núcleo de Estudos e Pesquisas
Socioambientais - NEPSA/CNPq.**

(2) Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Paulista – Unidade Goiânia.

E-mail de contato

rvoramos@bol.com

Palavras-chave

Turismo. Planejamento. Responsabilidade socioambiental.

INTRODUÇÃO

Atualmente o contexto social, ambiental, cultural e econômico tem demonstrado a necessidade de inserção da variável socioambiental como apoio nas decisões governamentais entre Municípios e empresas privadas. Atualmente esta variável está sendo aplicada em um modelo de desenvolvimento racional da exploração do ambiente natural pela atividade turística, e para que isto aconteça é preciso promover e aplicar a questão socioambiental como base continua na manutenção e conservação dos recursos naturais. Entretanto, é necessário que haja equilíbrio entre os empreendimentos turísticos, e os impactos negativos e positivos

gerados por esta atividade, fornecendo controle, fiscalização e manutenção da área explorada.

Nessa direção, o poder público possui um papel essencial na regulamentação e fiscalização das atividades turísticas. Considerando, no âmbito das empresas turísticas, o planejamento, a promoção e divulgação de investimentos envolvidos na questão socioambiental.

OBJETIVO GERAL

O estudo tem como objetivo o planejamento e a responsabilidade socioambiental da atividade turística.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Destacar a importância do planejamento do poder público e privado para o desenvolvimento do turismo no Brasil;
- Elencar subsídios para o planejamento e responsabilidade socioambiental das atividades turísticas nos Municípios.

METODOLOGIA

A abordagem adotada consiste em ressaltar as ações e necessidade do planejamento para o desenvolvimento do turismo, pretende-se apresentar uma metodologia específica para a elaboração de planos de desenvolvimento turístico em harmonia com o ambiente natural e da comunidade local, fornecendo subsídios para o planejamento, e para a responsabilidade socioambiental das atividades exploradas para o turismo no Brasil. Considerando assim, um diagnóstico fundamental para a elaboração do planejamento dessa atividade, tanto em âmbito local, regional e global.

RESULTADO (S)

Nas organizações públicas para alcançar seus objetivos no planejamento turístico, necessitam da colaboração das empresas privadas e da comunidade local que atuam direta ou indiretamente no desenvolvimento turístico. “No turismo cabe ao Estado zelar pelo planejamento e pela legislação necessária que possa proporcionar esse bem-estar [...] além de zelar pela proteção e conservação do patrimônio ambiental” (RUSCHMANN, 1997, p. 84).

Ignarra (2003, p. 91) destaca todo esse planejamento como um “grau de envolvimento dos agentes relacionados com o desenvolvimento turístico, o qual depende de um conjunto de ações de responsabilidade pública, privada e [...] da comunidade como um todo”.

Podemos dizer que, para o planejamento possa acontecer, deve-se criar ações que devem ser implantados na área de atuação de toda atividade turística, salientando os órgãos públicos, privados e da própria comunidade local. Sabe-se que, por meio de um planejamento eficaz, consegue resolver problemas futuros e até mesmo evita-los, para que o planejamento e as ações venham concretizar. Evidenciando esse processo, Ruschmann descreve os principais objetivos que esse planejamento possa ocorrer com eficácia:

- Definir políticas e processos de implementação de equipamentos e atividades, e seus respectivos prazos;
- Coordenar e controlar o desenvolvimento espontâneo;
- Maximizar os benefícios socioeconômicos e minimizar os custos [...], visando ao bem-estar da comunidade receptora [...];
- Garantir que os espaços necessários ao desenvolvimento do turístico não sejam utilizados para outras atividades econômicas;
- Evitar deficiência ou congestionamento oneroso [...] por meio de uma determinação cuidadosa das fases do desenvolvimento;
- Minimizar a degradação [...] sobre os quais o turismo se estrutura [...];
- Cientificar a autoridade política responsável pela sua implantação de todas as implicações do planejamento [...]. (RUSCHMANN, 1997, p. 85).

A finalidade desses objetivos é para que o planejamento turístico desenvolva ações do homem sobre o espaço explorado pela atividade turística, direcionando a



construção de equipamentos turísticos de forma correta, evitando, os impactos negativos ao considerar os riscos que a presença e seu comportamento (em massa) na exploração possam trazer para os recursos naturais e para a população local.

Essa problemática do espaço explorado para o turismo está ligada diretamente aos aspectos de gestão e autonomia do poder público e privado. Os processos de gestão e planejamento não podem restringir-se a inventários descritivos, e sim considerar todos os elementos que condicionem ou venham a ter influência a partir do processo de transformação e articulação desse espaço. Muito embora o planejamento, de acordo com Milton Santos, tem sido instrumento de agravamento de disparidades sociais (SANTOS, 2003) entende-se que seja a maneira de encontrar os modos de fortalecimento e planejamento sobre como o homem deva relacionar-se entre si e para com o ambiente natural.

Na busca por esse fortalecimento na gestão e no planejamento do turismo no Brasil, destaco como base o Plano Nacional do Turismo de 2013-2016¹ com a finalidade de sensibilizar e mobilizar os atores sobre a importância da descentralização, participação e integração das políticas públicas do setor, que abrange os órgãos oficiais e as instâncias de governança estaduais, municipais, regionais e macrorregiões, a partir do Conselho Nacional de Turismo. Esse processo deve ocorrer por meio de ações de planejamento e capacitação institucional [...] estratégia necessária para implementar a política e o Plano Nacional de Turismo (BRASIL, 2011).

O Plano Nacional do Turismo de 2013-2016 destaca no capítulo 6.5 como base para Estimular o desenvolvimento sustentável da atividade turística o Combate a Violência Sexual de Criança e Adolescente, a geração de renda, a valorização da cultura, a promoção à diversificação da oferta turística, havendo uma perda na conservação e na proteção ambiental explorada pela atividade. O PNT atual apenas garante a sustentabilidade das iniciativas locais, não priorizando a proteção e conservação do ambiente natural, uma perda muito grande para a aplicação das políticas públicas ambientais locais.

Políticas acrescidas de um planejamento eficaz “se faz necessário para administrar conflitos, fomentar atividades, regenerar áreas degradadas, desenvolver

¹ A formulação do Plano Nacional de Turismo 2013-106 (PNT) apresenta as orientações para o desenvolvimento da atividade nos próximos anos, com foco na ampliação de estados e municípios na formulação de políticas de turismo, com apenas

usos alternativos”, sendo necessário uma “regulação adequada para o setor” (BECKER, 2001, p. 1).

Essa perda na proteção do ambiente natural, não pode ser relevante, para isso, seria necessário encontrar um ponto de equilíbrio na ligação entre turismo e o ambiente natural, a fim de que a atratividade turística não seja a causa da sua degradação.

O Estado através da aplicação das leis ambientais e do planejamento dos espaços turísticos deve contribuir de modo justo e eficaz para a proteção dos atrativos naturais que estimulam o turismo. O que se perceber, é que o turismo ligado à sustentabilidade do meio, “ainda tem sido utilizado, pela maioria dos agentes econômicos e dos responsáveis pelas políticas de turismo, como um pano de fundo para ocultar a lógica” – que prevalece “o consumo desordenado dos espaços e da depredação dos recursos, sobretudo, os naturais” (MELLO, 2007, p. 41).

Planejamento e políticas públicas ambientais viáveis para a gestão dos espaços constituem o início para que o turismo contemple a preservação e a conservação do ambiente natural, e se transforme em uma estratégia para o desenvolvimento local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo é considerado uma atividade que tem enorme importância no desenvolvimento econômico, cultural, ambiental e social de muitas localidades, que tem como parceria a geração de renda, emprego e conservação do meio natural (IGNARRA, 2003).

Para que essa combinação aconteça, é fundamental que o planejamento turístico esteja em harmonia com as questões socioambiental, e que ocorra de forma equilibrada. Com isso, é preciso reconhecer as transformações locais, regulamentar as normas específicas para a exploração e utilização desse espaço turístico. Cabe assim, aos órgãos públicos, privados e a população local, buscar ações e mecanismo para a conservação e proteção do ambiente natural explorado.



Com um modelo de planejamento eficaz, as empresas e o poder público poderão determinar os objetivos e os métodos que diminuem os impactos negativos destacando assim os positivos, podendo nesse sentido, beneficiar não apenas o local explorado pela atividade turística, mas, em âmbito regional e global.

Nesse caso é recomendável um planejamento, uma legislação e uma fiscalização que possa proteger os recursos naturais e a população local contra a especulação imobiliária, as construções arquitetônicas descontroladas, o isolamento da comunidade dos atrativos, oferecendo assim, um desenvolvimento em que a atividade turística possa conduzir seu crescimento harmonioso e favorável a todos.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: **Caderno Virtual de Turismo**. Instituto Virtual de Turismo/Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social/COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro, 2001.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo 2013-2016: o turismo fazendo muito mais para o Brasil**. 2011, 120 p. Disponível: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/ebook/index.html#p=1>. Acesso em 28 de agosto de 2014.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thonson Learning, 2003. 205 p.

MELLO, L. A. Turismo de base local como alternativa ao desenvolvimento: bases para os Municípios de União da Vitória/PR e Porto União/SC. (**Dissertação de Mestrado**). Universidade Federal do Paraná. 2007. 121 p.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável**. Campinas: Papyrus, 1997. 199 p.

SANTOS, M. Planejando o subdesenvolvimento e a pobreza. In: **Economia espacial**. . (Org.), 2. ed., São Paulo: Edusp, 2003. 13-40 p.